

ESTADO DE SÃO PAULO

Nada de novo no Senado - 7 DEZ 1994

O Senado, que em maio contava um passivo de 1.308 propostas aguardando votação, decidiu fazer uma *operação tartaruga*. Preocupados com liberar o senador Humberto Lucena e outros das penas por crime eleitoral, atrasarão a votação da lei de patentes — e deixarão de votar projetos como o da profissão de cabeleireiro profissional autônomo, aprovado no mesmo dia em que a Câmara Alta votou a criação da Agência Espacial Brasileira. É verdade que, com a ameaça, autorizações de empréstimos e rolagens de dívidas estaduais e municipais não andarão. Em contrapartida, não se votará já o projeto sobre concessão de serviços públicos. Quanto o Brasil ganha quando o Senado faz greve e impede estranhos empurrões em dívidas que nunca deveriam ter sido feitas?

O gravíssimo na “parede parlamentar” (diferente das sessões não

realizadas por falta de quórum) é que ela se faz em benefício da corrupção. Já está pronto projeto de lei elaborado para livrar o presidente do Congresso Nacional da cassação imposta pelo Supremo Tribunal Federal. Será muito difícil esconder de quem paga imposto esta triste evidência. Elaborar projeto de lei, descrevendo em minúcias a anistia aos que “tenham sofrido processos judiciais por delitos eleitorais previstos na Lei 4.734/65” (entre outros textos legais) e pretender votá-lo no lufa-lufa de um esforço concentrado é uma coisa; isolar o privilégio escandaloso, detalhado, de endereço certo, apelando para a “greve” é chamar demais a atenção do contribuinte.

Muitos serão os brasileiros que começarão a fazer embaraçosas perguntas. A primeira delas diz respeito ao sentido exato do crime de se utilizar de bem público em pro-

veito próprio, ainda que eleitoral. Tendo em vista que a tinta usada na gráfica do Senado, o papel e a manutenção das máquinas, sem contar a folha de pagamento, custam, e muito, alguém paga por tudo isso. Se é dinheiro público, o mau uso dele, quando feito por membro de um dos Poderes do Estado, pode ser capitulado no Código Penal. Será que os senadores e deputados envolvidos na operação de salvamento dos políticos que impediram sua *vontade de ser eleitos* com dinheiro público — e foram muitos — pretendem também anistiar a prática desse crime?

Antes que se vá muito longe na estrada da insensatez (o presidente da Câmara já disse o que a “sabedo-

ria” dos políticos aconselha: “A gente pode cair numa fria”), os praticantes do grevismo irresponsável devem ter presente o exemplo dos funcionários de uma universidade paulista que decidiram fazer mais uma greve “até a vitória”; profes-

sores e alunos cansados de tanta irresponsabilidade decidiram trabalhar e a reitoria, terceirizando limpeza e segurança, garantiu isso. Depois de dois meses com tudo funcionando bem, os funcionários descobriram o risco: ti-

nham pouco, muito pouco, que justificasse sua presença e correspondente salário! Os senadores devem ter presente que se pode abusar do contribuinte; não se pode deixar, porém, que ele descubra que está sendo feito de bobo da corte.

O uso de dinheiro público para fins de eleição pode não ser visto apenas como crime eleitoral